



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
Projecto CFAA – Assistência Técnica

## **AVALIAÇÃO DA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS CFAA**

# **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2008-2009**

UMA PONTE NA IMPLEMENTAÇÃO  
DA  
ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E REDUÇÃO DA POBREZA

ELABORADO EM 31 DE MARÇO DE 2009

31 De Março De 2009

**EQUIPA TÉCNICA DO CFAA**



## **Índice**

<b>I. Enquadramento</b>	<b>4</b>
<b>II. Actividades Realizadas</b>	<b>5</b>
<b>1. - No âmbito Estrito do Plano de Acção CFAA</b>	<b>5</b>
<b>M1. - Melhorar a Programação e Preparação do Orçamento</b>	<b>5</b>
<b>M2. - Melhorar a Gestão e Controle das Receitas do Estado</b>	<b>9</b>
<b>M3. - Melhorar a Gestão da Tesouraria do Estado e da Dívida Pública</b>	<b>16</b>
<b>M4. - Melhorar as Condições de Execução Orçamental</b>	<b>19</b>
<b>M6. - Reforçar as Capacidades da Inspeção-Geral das Finanças</b>	<b>20</b>
<b>M7. - Melhorar a Gestão do Património do Estado</b>	<b>21</b>
<b>M9. - Melhorar as Capacidades do Tribunal de Contas</b>	<b>23</b>
<b>2. - Outras Actividades de Assistência Técnica ao Ministério das Finanças e Administração Pública</b>	<b>24</b>
<b>III – Conclusão</b>	<b>26</b>



## **Siglas e Acrónimos**

AT	Assistência Técnica
CD-DRMS	Programa Informático de Gestão da Dívida Pública
CFAA	Country Financial Accountability Assessment
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
CPAR	Country Procurement Assessment Review
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGCI	Direcção Geral das Contribuições e Impostos
DGCP	Direcção Geral da Contabilidade Pública
DGO	Direcção Geral do Orçamento
DGP	Direcção Geral do Planeamento
DGPE	Direcção Geral do Património do Estado
DGT	Direcção Geral do Tesouro
DSOF	Direcção de Serviços de Operações Financeiras
FADM	Fundo Autónomo de Desenvolvimento Municipal
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
FFM	Fundo de Financiamento dos Municípios
FMC	Fundo Municipal Comum
FSM	Fundo de Solidariedade Municipal
GE	Gabinete de Estudos
IGF	Inspeção Geral das Finanças
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
IUR PC	Imposto Único sobre o Rendimento Pessoas Colectivas
IUR PS	Imposto Único sobre o Rendimento Pessoas Singulares
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MCA	Millennium Challenge Account
MFP	Ministério das Finanças e Planeamento
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NOSi	Núcleo Operacional da Sociedade de Informação
OTs	Obrigações do Tesouro
PANA	Programa Nacional do Ambiente
PNCP	Plano Nacional de Contabilidade Pública
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRSC	Poverty Reduction Strategy Credit
QDMP	Quadro de Despesas de Médio Prazo
QDSMP	Quadros de Despesas Sectoriais de Médio Prazo
RAFE	Reforma da Administração Financeira do Estado
RPs	Repartições das Finanças
SIGOF	Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira
SISP	Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamento
SPA	Sector Público Administrativo
SYGADE	Programa Informático de Gestão da Dívida Pública
TC	Tribunal de Contas
TDRs	Termos de Referência
TOFE	Tableau des Opérations Financières de L'Etat
UE	União Europeia



### I. Enquadramento

O Governo de Cabo Verde realizou com o apoio dos seus parceiros técnicos e financeiros um exercício CFAA – Country Financial Accountability Assessment – no quadro do processo de transição da ajuda a projectos para a ajuda orçamental. Deste exercício resultou um plano de acção a médio prazo, visando o reforço das capacidades ao nível da gestão das finanças públicas.

Após a elaboração do plano de acção preliminar, na sequência de um pedido de financiamento, foi assinado com o Reino dos Países Baixos uma convenção de financiamento, por um período de três anos, para a implementação do Plano de Acção CFAA. Em Agosto de 2006, este importante parceiro de desenvolvimento de Cabo Verde, em reconhecimento do importante papel do CFAA para os resultados positivos que vêm sendo alcançados a nível da reforma da gestão das finanças públicas em Cabo Verde no quadro do processo de ajuda orçamental, decidiu aumentar o financiamento inicial e prolongar a duração da Convenção de Financiamento até Junho de 2008 e posteriormente até Fevereiro de 2009, de acordo com a recomendação do “Aide Mémoire” de 7 de Dezembro de 2007 da Missão Conjunta do Grupo de Apoio ao Orçamento.

Tendo havido um prolongamento do contrato até Fevereiro de 2009 com pagamentos até Março do mesmo ano, apresentaremos um relatório único para 2008 e o trimestre de 2009.

Neste Relatório de Actividades do Plano de Acção CFAA referente ao ano de 2008-2009, apresenta-se as actividades realizadas no âmbito do referido plano, para as quais contribuíram as diversas entidades envolvidas na Reforma da Administração Financeira do Estado, sendo apoiadas



## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2008/9 - CFAA

---

tecnicamente nesse processo pela Equipa Técnica do CFAA, enquanto equipa de consultoria no âmbito do Projecto CFAA.

Sendo o relatório referente ao último ano de vigência do Projecto CFAA, será complementado com um relatório Final que fará um balanço do Plano de Acção CFAA e mostrará os Objectivos, Projectos e Actividades realizadas e os que ficaram por realizar, bem como o impacte dos mesmos na gestão das finanças públicas e no melhoramento do funcionamento da Administração Financeira do Estado.

Salienta-se que o relatório financeiro e as contas de 2004 a 2009 foram alvos de uma auditoria externa, proposta pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, efectuada por uma empresa de auditoria independente, cujo relatório acompanha o relatório financeiro.



## **II. Actividades Realizadas**

Com referência ao ano de 2008 e os dois primeiros meses de 2009 a implementação do Plano de Acção CFAA registou uma evolução globalmente em linha com as actividades programadas para esse período. É de salientar que sendo o último período de vida do Projecto, tenha havido uma desaceleração das actividades tendo em conta o encerramento do projecto.

A apresentação do relatório segue, como habitualmente, a estruturação do Plano de Acção CFAA, concebido sob a forma de “árvore”, subdividido em **Módulos (M)**, por sua vez desdobrados em cascata, em **Ideias de Projecto**, **Objectivos/Medidas** e **Actividades**.

### **1. NO ÂMBITO ESTRITO DO PLANO DE ACÇÃO CFAA**

#### **M1. – Melhorar a Programação e Preparação do Orçamento**

**Projecto 3** – Gabinete de Estudos

**Objectivo/Medida – 5** – Instalar o Gabinete de Estudos

##### **Actividade 5.11 – Reforço Institucional do Gabinete de Estudos**

Como intuito de reforçar o Gabinete de Estudos e Estratégia (GEE) do MFAP, o Projecto CFAA financiou a contratação, até finais de 2008, de uma Técnica Superior, para apoiar o GEE no seu papel de apoiar tecnicamente o MFAP em matéria de definição e acompanhamento de políticas macroeconómicas e da conjuntura macroeconómica, no quadro do processo de reforma das finanças públicas e da ajuda orçamental. Contratação de um consultor para apoiar o GEE na montagem da Unidade de Coordenação da Reformas, tendo como objectivo a operacionalização dessa unidade que deverá acompanhar todas as reformas em curso no Ministério das Finanças. Reforço da



Coordenação do Gabinete de Estudos Estratégicos através de atribuição de um complemento ao coordenador. Na mesma linha de reforço e capacitação do Gabinete de Estudos o CFAA apoia a Coordenação do Gabinete de Estudos.

Globalmente a capacitação técnica do Gabinete de Estudos através do apoio do CFAA, tem-se traduzido no apoio à Coordenação do Gabinete e à Unidade de Gestão Macroeconómica, nomeadamente nas seguintes áreas:

- Acompanhamento da conjuntura económica (nacional e internacional), com realce para as variáveis e indicadores relevantes para a economia cabo-verdiana;
- Elaboração de estudos aplicados à economia cabo-verdiana (Análise dos “Drivers” da Economia Cabo-Verdiana, posteriormente estudo sobre as despesas públicas e novas modalidades de financiamento);
- Recolha de informações e dados de cariz macroeconómico para manutenção da Base de Dados da Unidade de Gestão Macroeconómica;
- Apoio no acompanhamento da Missão do Fundo Monetário Internacional no âmbito do PSI;

### **Ponto de Situação:**

Apoio à Coordenação do Gabinete de Estudos, com a contratação de um Técnico Superior até Dezembro de 2008 e contratação de Consultor para a Unidade de Acompanhamento das Reformas contratado, reforçando assim as capacidades do Gabinete de Estudos e Estratégia e contribuindo para a melhoria do desempenho deste Gabinete, patente numa participação crescente nas actividades do Ministério, com destaque para as áreas de elaboração de estudos, relatórios, análises de incidência macroeconómica e assessoria à MFAP, de acompanhamento - como ponto focal do MFAP - das Instituições Internacionais especializadas na vertente macroeconómica e/ou



no financiamento do desenvolvimento e para a eliminação do atraso anteriormente existente a nível da Conta Geral do Estado. Assunção progressiva pelo Gabinete de Estudos das actividades da reforma face à conclusão do Projecto CFAA no final desse ano, assegurando assim a sustentabilidade das reformas em curso, que passou a contar a partir de 2008 com o suporte do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATfin 2008-2011) existente entre os Ministérios de Finanças e Administração Pública de Portugal e de Cabo Verde.

### **Projecto 4 – Reforço das Capacidades da DGP e Sectores**

#### **Objectivo/Medida – 10 – Dotar a DGP de procedimentos e instrumentos de seguimento no quadro da elaboração e execução do QDMP**

Com a institucionalização do Secretariado Técnico de Apoio ao Desenvolvimento (STAD) e com os desafios que emergem do processo de elaboração e seguimento dos diferentes instrumentos estratégicos de planeamento, nomeadamente o Quadro de Despesas a Médio Prazo, o Documento de Estratégia para o Crescimento e Redução da Pobreza, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e ainda com o seguimento dos projectos de investimento através do SIGOF, a Direcção Geral do Planeamento (DGP) ganha contornos mais alargados, competências e responsabilidades acrescidas como parte integrante das matrizes de políticas assumidas nos diferentes Acordos com os Principais Parceiros de Desenvolvimento de Cabo Verde.

Nesse âmbito, o reforço das capacidades da Direcção Geral do Planeamento foi objecto de um apoio focalizado por parte dos Países Baixos, dando continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido pela DGP através do Projecto de Apoio à DGP (2004-2005) financiado pelos Países Baixos e



visando o cumprimento das acções estipuladas no plano de actividades da DGP, bem como a sustentabilidade do Sistema Nacional de Planeamento.

Neste quadro do reforço das capacidades da DGP e da implementação do Secretariado Técnico de Apoio ao Desenvolvimento (STAD) foi recrutada assistência técnica nacional, para reforço das áreas económica e de estratégia de desenvolvimento, informática e estatística. Foi criada uma equipa de trabalho multidisciplinar sob a supervisão da Ministra das Finanças e Administração Pública, coordenada pelo Director Geral do Planeamento, com a missão de elaborar o DECRP 2008-2011 (DECRP II).

Contratação de Assistência Técnica Nacional para tradução, publicação e divulgação do DECRPII – 2008-2011

Continuação da assistência técnica nacional para organizar o Centro de Documentação do Ministério das Finanças.

Continuação da Assistência Técnica Internacional para fornecer os serviços de Digitalização dos documentos, no próprio arquivo do Ministério das Finanças e Administração Pública. Esses serviços consistiram em scanear, gravar em CD, DVH, HD, enumerar e identificar os documentos existentes, criando as bases para uma melhor gestão nomeadamente a nível dos recursos humanos e para a preservação da memória institucional do MFAP.

**Ponto de Situação:** Equipa do STAD operacional, encontrando-se em curso o processo de harmonização do Sistema de Seguimento e Avaliação.

DECRP II.(2008-2010) – Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza concluído – Está-se no processo da sua divulgação



## **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2008/9 - CFAA**

---

Centro de Documentação – Projecto avançou normalmente, tendo sido tratados e organizados vários documentos produzidos por todas as Direcções Gerais do Ministério,



## **M2. – Melhorar a Gestão e Controlo das Receitas do Estado**

**Projecto 6** – Consolidação do Cadastro dos Contribuintes:

**Objectivos/Medidas: 17** – Realizar operação de identificação dos contribuintes faltosos e integrá-los no ficheiro NIF

Deu-se continuidade às acções iniciadas em Janeiro de 2005 com destaque para o processo de desconcentração da inscrição de novos contribuintes no Cadastro.

### **Ponto de Situação:**

Durante 2008 foram introduzidos no sistema, enquadrado e **homologados no cadastro de contribuintes 39.733 novos** contribuintes alargando assim a base de incidência dos contribuintes sob controlo no sistema de gestão de receitas na DGCI. À data de 3 de Março de 2009, acumulativamente, foram introduzidos no sistema de gestão de receitas com enquadramento homologados no Cadastro pela DGCI, um total de 140.609 contribuintes. Os técnicos da DGCI procedem à validação e correcção dos dados com enquadramento definitivo no Cadastro. A DGCI continua com a recolha e integração dos dados de Contribuintes no Cadastro. Os faltosos vão sendo integrados consoante a identificação dos mesmos pelas equipas de fiscalização no terreno e pela equipa que de forma continuada implementam o processo de em curso de “Recuperação de Dívidas Fiscais”.

Esta é a estatística do enquadramento geral à data de 3/03/2009

	Área fiscal	Homologados
1	Praia	51.623
2	Boa Vista	3.705
3	Santa Catarina	9.467
4	Brava	1.393



## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2008/9 - CFAA

5	Tarrafal	4.357
6	Maio	1.642
7	São Vicente	24.819
8	São Nicolau	3.289
9	Santa Cruz	4.293
10	Sal	16.499
11	Paul	1.328
12	Ribeira Grande	4.855
13	São Filipe	6.568
14	Mosteiros	2.546
15	Porto Novo	4.225
	Total	140.609

**Projecto 6** – Consolidação do Cadastro dos Contribuintes:

**Objectivos/Medidas 18** – Proceder a uma actualização exaustiva e completa do ficheiro NIF, incorporando os contribuintes não recenseados e atribuindo um número de identificação único a cada contribuinte.

Foi no Primeiro Semestre de 2008 retomado o processo de impressão dos cartões de identificação dos Contribuintes visando a impressão e gestão do cartão do contribuinte.

### **Ponto de Situação:**

Condições para emissão do cartão de contribuinte criadas: equipamentos e consumíveis para impressão e cartões de identificação dos Contribuintes (pessoas singulares e colectivas) entregues à DGCI; impressoras configuradas e primeiros ensaios de impressão de cartões realizados. A DGCI e o NOSI já concluíram o desenvolvimento da funcionalidade “Gestão de Impressão de Cartões” e continua-se no processo de emissão e distribuição dos cartões de contribuintes. Na data de 31 de Março de 2009, 10.682 contribuintes tinham recebido os seus cartões de identificação.



Nesta data, a DGCI e as Alfandegas partilham da mesma base de dados de contribuintes utilizando o NIF como chave.

### **Projecto 7 – Recuperação das Dívidas Fiscais:**

**Objectivos/Medidas 19** – Organizar procedimentos que permitam uma comunicação periódica das dívidas fiscais entre os Serviços Centrais e as Repartições de Finanças.

A actividade de Inserção das dívidas fiscais individualizadas por Repartições de Finanças visando recuperação das contas correntes por contribuinte por área fiscal actualizando o cadastro individual dos contribuintes” ficou concluída no inícios do primeiro semestre de 2008 com a conclusão do projecto recuperação das dívidas fiscais nas Repartições de Finanças de Santa Catarina (um mês) e da Praia (dois meses).

Foram criadas, com o fornecimento de equipamentos informáticos, melhores condições de trabalho a Direcção de Inspeção Tributaria permitindo aos técnicos da inspecção o acesso automático, célere e simultâneo aos Documentos e Suportes (todos digitalizados durante esse semestre) e ao SIGOF

### **Ponto de Situação:**

Todas as Repartições de Finanças estão ligadas na rede do Estado. Continua o esforço local, por Repartição de Finanças, da automatização dos processos das dívidas dos contribuintes e introduzidos no Módulo Gestão de Receitas do SIGOF, visando a recuperação das dívidas e a operacionalização da conta corrente do contribuinte. Na data de 31 de Dezembro todas as Repartições de Finanças do País em numero de (15) Repartições de Finanças - Praia, Santa Catarina, S. Vicente, Sal, Santa Cruz, Boa Vista, Ribeira Grande, Paul e Porto Novo, São Filipe, Mosteiros, São



Nicolau, Maio, Brava e Tarrafal - receberam formação no terreno do Grupo de Trabalho (GT) conjunto DGCI e NOSi

No primeiro semestre de 2008 foram fornecidos oito (8) portáteis à Direcção de Inspecção Tributária visando facilitar o melhor desempenho esperado dos técnicos afectos àquela Direcção de Serviço.

**Projecto 8** – Gabinete de Auditoria Interna:

**Objectivos/Medidas: 20** – Realizar auditoria formativa nas Repartições de Finanças com vista à determinação das dívidas fiscais por Repartições de Finanças e consolidada, decomposta por ano fiscal;

**Objectivo/Medida: 23** – Elaborar em concertação com a IGF um programa de inspecção sistemática às Repartições de Finanças;

**Objectivo/Medida: 29** – Aumentar as missões de controlo junto das Repartições de Finanças por parte da DGCI de forma a incentivar a correcta realização das operações de liquidação, de seguimento das dívidas fiscais e de relaxe.

### **Ponto de Situação:**

Deu-se continuidade ao processo de validação dos Manuais de Procedimentos com importância relevante para o adequado exercício das auditorias às Repartições de Finanças do País; são esses os manuais que continuam em processo de validação – manual de procedimentos do processo de execução fiscal – manual de procedimentos de citação e notificação – manual de procedimentos de transgressão fiscal – manual de procedimentos de tributação de contribuintes método de verificação – manual de procedimentos de tributação de contribuintes método declarativo; encontra-se em fase de elaboração o manual de procedimentos da Inspeção tributária;



Durante o primeiro semestre de 2008, foram realizadas três auditorias formativas, designadamente às Repartições de Finanças da São Vicente e Tarrafal e concluída a auditoria à Repartição de Finanças de Santa Catarina. No segundo semestre de 2008 foram realizadas mais duas (2) auditorias formativas, respectivamente às Repartições de Finanças de (i) Sal e (ii) Santa Cruz.

Durante o ano de 2008, a equipa de auditores internos da DGCI esteve particularmente engajada no processo de elaboração das propostas dos três documentos estruturantes: Código Geral Tributário, Código do Processo Judicial e Código de Execução Tributária, todos estes códigos fazendo parte da agenda jurídica do Ministério das Finanças e Administração Pública com aprovação prevista em 2009 e entrada em vigor para o ano de 2010.

**Projecto 9** – Gestão de Receitas do Estado:

**Objectivos/Medidas: 22** – Capacitar a DGCI/RFs do país de meios humanos equipamentos e programas informáticos adequados;

O processo de Automatização da elaboração do modelo 46 (Receitas do Estado) em curso permite à DGCI, enquanto responsável para a apresentação da execução da Receita fiscal do Estado, ter em tempo real, a contabilização e a feitura da Conta de Receitas, de forma automática, a partir das fontes responsáveis para a arrecadação das mesmas.

Em termos de impacto este processo permite ao Estado resolver uma das mais problemáticas situações de gestão financeira, o controle da totalidade das receitas, sua contabilização e reconciliação com todos os recebimentos feitos pelas entidades devidamente autorizadas.

Continuou-se com o processo de “Digitalização de Processos e Arquivo” na DGCI de todos os documentos garantindo a sua adaptação às necessárias respostas que as recentes e profundas transformações do sistema tributário



pretendido requerem, de forma a permitir o acesso automático, célere e simultâneo aos documentos pelos dirigentes e técnicos da DGCI e do MF.

### **Ponto de Situação:**

As cobranças feitas e geridas pela DGCI, através das suas Repartições de Finanças, bem como as geridas pela DGA, já estão disponíveis nos sistemas e geridas de forma oportuna e automatizada. Faltam as receitas arrecadadas pelo Tesouro e pelo BCV, e os procedimentos para a reconciliação bancária com os recebimentos, para se ter a contabilização total das Receitas

Com a duração de 5 dias, por Repartição de Finanças, conforme referido, no relatório anterior, um Grupo de Trabalho procedeu e concluiu durante o Primeiro Semestre de 2008 a desconcentração do acesso ao Módulo Gestão de Receitas no SIGOF, operacionalizando os produtos já desenvolvidos e disponibilizados pelo NOSI, designadamente: apuramento de matéria colectável, fixação e liquidação de Impostos; Gestão da Conta Corrente do Contribuinte e Gestão de impressão local de suportes e relatórios diversos. Foram todas as seis (6) Repartições de Finanças restantes, designadamente, (i) de São Filipe (ii) Mosteiros (iii) São Nicolau (iv) Maio (v) Brava e (vi) Tarrafal, contempladas e, com o efeito, com acesso local ao Módulo de Gestão de Receitas.

Durante o primeiro semestre de 2008 foram digitalizados todos os documentos e suportes dos dossiers e contas dos contribuintes do método de verificação reportados ao período de 2002 à presente data, ou seja, não prescritas em matéria de liquidação e fixação definitiva de impostos.

No primeiro trimestre de 2009, conclui-se o processo de fornecimento e entrega de quinze (15) computadores Desktop, dois (2) portáteis, duas (2) Impressoras, cinco (5) armários, vinte e cinco (25) cadeiras à RF de São Vicente, visando colmatar as insuficiências existentes de equipamentos



informáticos e mobiliários, garantindo a sua adaptação às recentes e profundas transformações do sistema tributário, de forma desconcentrada, na actuação com os Serviços Centrais da DGCI (na Praia) e com o Contribuinte.

### **Projecto 10 – Cobranças e Recebimentos**

**Objectivo/Medida: 21**– Melhorar o processo de liquidação e de emissão dos avisos de cobrança por parte das Repartições de Finanças.

Continuaram, durante o semestre, as actividades da equipa de trabalho, constituída pela DGCI e pelo CFAA visando o reforço das capacidades das Repartições de Finanças no quadro da capacitação das Repartições de Finanças, assegurando nomeadamente o seu acesso de forma sustentável, como serviços ordenadores de receitas, ao SIGOF e à rede do Estado e melhorando a sua capacidade de arrecadação de receitas.

O processo de Implementação do Documento Único de Cobrança (DUC) que permite à DGCI e a DGT, enquanto responsáveis para a gestão das receitas e recebimentos, a rapidez na identificação e contabilização de todas as receitas, a partir de através de um código electrónico, que deverá ser recolhido por todas as entidades autorizadas a procederem à cobrança das receitas dos Estado.

Em termos de impacto esperado este processo facilita a contabilização imediata e a feitura das Contas de Receitas de cada entidade e do Sector Publico Administrativo.

### **Ponto de Situação:**

Durante o primeiro semestre de 2008, as restantes seis (6) Repartições de Finanças passaram a ter acesso local ao Módulo de Gestão de Receitas no SIGOF.



O processo de Implementação do Documento Único de Cobrança (DUC) está por parte do Estado pronto para ser implementado, mas está na dependência da resposta das plataformas tecnológicas das entidades que fazem a cobrança das receitas (Bancos comerciais e Correios). As receitas que são cobradas pelas Repartições das Finanças são automaticamente contabilizadas.



### **M3. – Melhorar a Gestão da Tesouraria do Estado e da Dívida Pública**

**Projecto 10** – Cobrança e Recebimentos

**Projecto 11** – Tesouraria do Estado

**Objectivo/Medida – 21/25/27/28/30/31** – Melhorar a Capacidade de Gestão Previsional

Este projecto, que visa fundamentalmente melhorar a capacidade da Direcção Geral do Tesouro na Gestão Previsional, vem sendo desenvolvido pela Direcção Geral do Tesouro através de uma Assistência Técnica Nacional e assenta numa forte utilização das tecnologias de informação, mais precisamente na plataforma tecnológica da Gestão Orçamental e Financeira, o SIGOF. Assim vem sendo desenvolvido as seguintes componentes:

- Ligação electrónica entre Tesouro – BCV
- Telecompensação
- Programação Financeira (Plano de Tesouraria)
- Transferências Electrónicas Interbancárias
- Pagamentos (Recebimentos) Electrónicos
- Desconcentração de Emissão de Meios de Pagamentos

#### **Ponto de Situação:**

Ligação electrónica entre Tesouro – BCV

A ligação já se encontra estabelecida e estão a ser definidos entre as duas instituições (tesouro e BCV) as operações prioritárias. Todas as operações serão testadas e cumprindo os requisitos de segurança de dados serão imediatamente disponibilizados.

Telecompensação



O Tesouro já possui o seu sistema de registos dos cheques tomados, integrado no SIGOF tendo já iniciado a fase dos testes necessários com o BCV. Ligação do Tesouro à plataforma da SISP.

### Programação Financeira (Plano de Tesouraria)

A Direcção do Serviço da Tesouraria já possui a habilidade necessária e suficiente para a utilização dos procedimentos de elaboração do plano de Tesouraria, que hoje é efectuada de forma manual, a partir dos dados do SIGOF. Está sendo preparada a produção automática do plano, com o apoio do NOSI.

### Transferências Electrónicas Interbancárias

Permite ao Tesouro a emissão electrónica do meio de pagamento, através de ordens de transferências a favor de qualquer outro banco comercial no País e no Exterior, intermediado pelo BCV.

### Pagamentos (Recebimentos) Electrónicos

Permite ao Tesouro alargar a sua rede de cobranças, através do portal “Casa do Cidadão”, com a vantagem de directamente os valores das cobranças serem registados na conta corrente do Tesouro no BCV, com a intermediação da SISP. O serviço já está disponível e foi desenvolvido pela equipa NOSI e Casa do Cidadão. Torna-se necessário um trabalho de marketing junto das potenciais empresas para aderirem a este serviço. Esta função deverá ser feita pela DGCI e pela DGT.

### Desconcentração de Emissão de Meios de Pagamentos

O projecto está em fase de concepção e implementação, bem como a definição de equipamentos necessários para melhor controlo dos



## **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2008/9 - CFAA**

---

procedimentos. Foram escolhidos as instituições que servirão de pilotagem (PR, INE). Permite ao Tesouro desconcentrar a emissão dos meios de pagamentos (Emissão de Cheques e Transferências) para junto das instituições com autonomia administrativa e financeira



## **M4. – Melhorar as Condições de Execução Orçamental**

**Projecto 15** – Implementar a Nova Contabilidade Pública

**Actividade 48.6** – Desenvolvimento de funcionalidades no SIGOF para a integração do PNCP e automatização da contabilidade baseada no “acto”

A definição e a parametrização do “acto” no SIGOF vão permitir a automatização da contabilidade patrimonial a partir da execução do orçamento da entidade. Constitui um passo importantíssimo na implementação da contabilidade patrimonial e na implementação do PNCP – Plano Nacional de Contabilidade Pública.

Em parceria com uma empresa Portuguesa “Nova Base” financiada pela cooperação Portuguesa no âmbito do PicatFin, a equipa do CFAA, da Contabilidade Publica e Nosi, vem trabalhando na parametrização do acto no SIGOF, visando a produção da contabilidade patrimonial de forma automática.

### **Ponto de Situação:**

Parametrização do acto no SIGOF em fase de desenvolvimento, criação do modulo Contabilidade no SIGOF e introdução do PNCP no Sistema, prevendo a sua conclusão para 2009.



## **M6. – Reforçar as Capacidades da Inspecção-Geral das Finanças**

**Projecto 28** – Reforço das Capacidades da Inspecção Geral de Finanças

**Objectivo/Medida – 72** – Aumentar a Produtividade da IGF

**Actividade 72.4** – Formação

Com o intuito de melhorar a produtividade da IGF e sendo a formação uma das formas de reforço das capacidades a nível institucional, foram programadas para o ano de 2008 várias acções de formação e visitas de trabalho para os inspectores e inspectores-gerais a serem realizadas em Cabo Verde e em Portugal.

### **Ponto de Situação:**

- Acção de formação de 1 semana realizada no âmbito do Picatfin:  
Aspectos fundamentais do controlo da gestão das finanças públicas  
produtos, metodologias e técnicas
- Acção de formação on job: auditoria a um serviço público em Portugal
- Assistência técnica: Monitorização de uma auditoria a um serviço público da IGF-CV
- Auditoria Informática em Cabo Verde e em Portugal

Salienta-se que a IGF beneficiou de todas as acções de formação programadas no âmbito do PicatFin. Estas acções de capacitação da IGF traduziram-se na melhoria da produtividade da IGF com destaque para a implementação do seu plano de actividades para 2008, nomeadamente em termos do número de inspecções efectuadas.



## **M7. – Melhorar a Gestão do Património do Estado**

**Projecto 32** – Reforço das Capacidades da DGPE

**Objectivo/Medida – 81** – Estudar a regulamentação interna e o modelo de organização da DGPE, em função da redefinição de novas atribuições

Com a mobilização dos fundos da cooperação espanhola para apoiar a implementação do plano de acção CPAR a Equipa CFAA vem apoiando na elaboração dos termos de referência, lançamentos de concursos e participação nas equipas de validação e acompanhamento dos projectos em curso na DGPE

A implementação da segunda fase do CPAR em 2008 está sendo realizada com o apoio financeiro da Cooperação Espanhola e do “Millenium Challenge Account”.

### **Ponto de Situação:**

Programa de Compras Públicas Electrónicas (PCPE)

Foi realizada uma assistência técnica para a elaboração do documento estratégico para o PCPE, financiado pelo MCA e realizada pela empresa portuguesa Leadership. Pela ambição do documento, nomeadamente a nível de estrutura organizacional, a equipa nacional deverá otimizar e alinhar alguns aspectos, com reformas simultâneas que estão a decorrer. Vai permitir ao Estado ter no quadro da modernização, um instrumento estratégico e normativo para a implementação do sistema de aquisições públicas, garantindo a eficácia da utilização e gestão dos recursos públicos, através das compras públicas



## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2008/9 - CFAA

---

Sistema de Gestão das Compras Públicas: Encontra-se em fase de desenvolvimento. Mapeamento feito, Modelo definido, bem como os processo em fase de validação

Sistema de Gestão de activos: Encontra-se em fase de desenvolvimento. O Modelo está definido, os Processos estão desenhados, o Manual de procedimentos já foi elaborado, encontrando-se na fase de validação dos instrumentos

Sistema de Inventariação dos bens Públicos: Encontram-se em fase de estudo se bem que o processo de inventariação dos bens moveis tenha sido iniciado.



## **M9. – Reforçar as Capacidades do Tribunal de Contas**

**Projecto 34** – Reforço das Capacidades do Tribunal de Contas

**Objectivo/Medida – 88** – Reforçar e reestruturar os serviços de apoio do Tribunal de Contas.

**Actividade 88.4** – Formação do Pessoal

- (i) Com o objectivo de melhorar as capacidades a nível institucional do ***Tribunal de Contas***, no que se refere à auditoria, o CFAA financiou a deslocação de auditores às Embaixadas de Dakar para efeitos de estágios / formação em exercício no domínio de auditoria às Embaixadas e Postos Consulares e assim, ganharem o tirocínio indispensável.
- (ii) No que refere a formação dos auditores em auditoria aos Municípios financiou-se a deslocação de auditores aos Municípios do Maio e Ribeira Brava

### **Ponto de Situação:**

Formação “on Job” dos auditores, deslocando-se aos Municípios do Maio e Ribeira Brava e a embaixada de Dakar

Outras formações foram ministradas aos Auditores do Tribunal de Contas, tendo em vista a sua capacitação e aumento da produtividade dos mesmos.



## **2.- OUTRAS ACTIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Sendo a célula do CFAA formada por técnicos qualificados a nível da economia e da gestão das finanças públicas, para além do papel de coordenação executiva da implementação do Plano de Acção CFAA, amiúde contribui tecnicamente para a realização de acções não explicitamente constantes do Plano de Acção CFAA, mas que se inserem na melhoria da capacitação e do desempenho do Ministério das Finanças. Neste quadro de actividades complementares ao Plano de Acção CFAA, a consultoria interna da Equipa Técnica do CFAA foi solicitada para diversas actividades, das quais se destaca, de forma não exaustiva, as seguintes:

- Participação, em representação do Ministério das Finanças e Administração Pública, pela parte cabo-verdiana, nas missões técnicas da Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM), unidade técnica existente no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial (ACC) com Portugal;

- Participação no processo de elaboração do Enquadramento Macroeconómico do Documento de Estratégia para o Crescimento e a Redução da Pobreza 2008-2011 (DECRP II);

- Participação na CRE – Comissão de Racionalização das Estruturas do Estado – pertencente à UCRE – Unidade de Coordenação das Reformas do Estado, cuja missão é a pilotagem, o acompanhamento e a validação dos trabalhos de uma consultoria internacional no âmbito da Racionalização das Estruturas do Estado e elaboração de um novo Modelo de Orgânica;



- Participação na UCRE – Unidade de Coordenação das Reformas do Estado – com destaque para a Coordenação de uma Comissão de Reforma no âmbito da Regulação.
  
- Coordenação do processo de elaboração e implementação de um novo SNCRF - Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro para Cabo Verde, enquadrado na modernização do Sistema Contabilístico para a administração privada, utilizando o normativo internacional do “International Accounting Standard Board (IASB)”;
  
- Coordenação pela parte cabo-verdiana do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica na área das Finanças Públicas para o período 2008-2011 (PICATfin 2008-2011) entre os Ministérios das Finanças e Administração Pública dos dois países.



### **III - Conclusão**

Em jeito de conclusão, refira-se que este relatório de actividades cobre o último ano do Projecto CFAA cujo objectivo principal - de acordo com os Termos de Referência do Relatório Diagnóstico CFAA de 2003 - consiste em apoiar os esforços do Governo de Cabo Verde na concepção e implementação de um quadro coerente e sólido de gestão das finanças públicas e de utilização dos recursos financeiros para o crescimento económico e a redução da pobreza.

O período de vigência do CFAA corresponde a um período de consolidação da gestão das finanças públicas e de expansão da actividade económica, sendo de destacar o desempenho positivo a nível da estabilidade macroeconómica, nomeadamente em relação às receitas fiscais, que têm merecido particular destaque no âmbito da reforma em curso e da transição para País de Rendimento Médio face à necessidade de maior mobilização de recursos internos para financiamento do processo de desenvolvimento do país.

Realça-se ainda, melhorias significativas e qualificativas na gestão das finanças publicas, nomeadamente no que respeita ao:

- Desempenho do Gabinete de Estudos como estrutura que garantirá a continuidade do seguimento e acompanhamento das reformas da Administração financeira do Estado em curso no Ministério das Finanças e sectores
- Desempenho na elaboração do Orçamento do Estado
- Desempenho na prestação de Contas – Conta Geral do Estado apresentados nas datas previstas pela lei e Contas Trimestrais (actualizado com informações financeiras em tempo útil)



- Desempenho na programação e planificação com a elaboração do DECRP II – 2008-2011 – Documento de Estratégia de Crescimento e redução da Pobreza como documento de orientação estratégica na planificação
- Desempenho da Direcção de Contribuição e impostos, nomeadamente no aumento das receitas tributarias na recuperação da dividas dos contribuintes (incremento de contribuintes na base de incidência) e na modernização do sistema fiscal.
- Desempenho da gestão da tesouraria do Estado, com a melhoria da programação financeira, a telecompensação a ligação electrónica entre o Tesouro e o BCV, a utilização dos pagamentos e recebimentos electrónicos e a desconcentração de emissão de meios de pagamentos
- Desempenho da execução orçamental, fruto das melhorias introduzidas no SIGOF, da desconcentração da execução orçamental pelos serviços ordenadores de despesa e parametrização do PNCP no SIGOF.
- Desempenho do Tribunal de Contas no que respeita a auditoria as Embaixadas, aos Municípios e ao parecer da Conta Geral do Estado
- Desempenho da Direcção Geral do Património do Estado – na organização do Cadastro e gestão de Activos, bem como no Sistema de Compras Electrónicas.

No âmbito ainda do accountability destaca-se a introdução em Cabo Verde de Um Novo Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro para o sector privado em Cabo Verde, introduzindo as normas internacionais de contabilidade o que facilitara a harmonização contabilística com os vários países parceiros e aumenta a transparência.